

**PROCURADORIA****PL 838/25**

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado o seguinte:

- Constituição Federal;
- Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências;
- Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os art. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 10.508, de 4 de maio de 1988, que dispõe sobre a limpeza de imóveis, o fechamento de terrenos não edificadas e a construção de passeios no Município de São Paulo.
- Lei Municipal nº 10.667, de 28 de outubro de 1988, que dispõe sobre permissão de uso de passeio público fronteiro a bares, confeitarias, restaurantes, lanchonetes e assemelhados, para colocação de toldos, mesas e cadeiras, e da outras providências.
- Lei Municipal nº 11.210, de 20 de maio de 1992, que dispõe sobre a colocação de lixeiras nos passeios públicos.
- Lei Municipal nº 12.260, de 11 de dezembro de 1996, que disciplina a utilização das calçadas situadas nas proximidades das faixas de pedestres e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 12.002, de 23 de janeiro de 1996, que dispõe sobre permissão de uso de passeio público fronteiro a bares, confeitarias, restaurantes, lanchonetes e assemelhados, para colocação de toldos, mesas e cadeiras, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 12.117, de 28 de junho de 1996, que dispõe sobre o rebaixamento de guias e sarjetas para possibilitar a travessia de pedestres portadores de deficiências físicas;
- Lei Municipal nº 12.196, de 18 de setembro de 1996, que dispõe sobre Campanha Permanente de Incentivo de arborização de ruas, praças e jardins da Cidade, e dá outras providências;

**PROCURADORIA**

- Lei Municipal nº 12.319, de 16 de abril de 1997, que dispõe sobre espaços permeáveis em área
- Lei Municipal nº 13.430, de 13 de setembro de 2002 — Institui o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e dispõe sobre o Sistema de Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Urbano.s de propriedade pública e dá outras providências;
-
- Lei Municipal n.º 12.349, de 06 de junho de 1997 — Estabelece programa de melhorias para a área central da cidade, cria incentivos e formas para sua implantação, e dá outras providências (Operação/Intervenção para o Centro).
- Lei Municipal nº 12.782, de 30 de dezembro de 1998, que dispõe sobre as taxas de limpeza pública, conservação de vias e logradouros públicos e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 13.430, de 13 de setembro de 2002, que dispõe sobre os serviços públicos ou privados nas vias públicas municipais, inclusive subsolo e espaço aéreo, estabelecendo regras para instalação e manutenção de equipamentos de infraestrutura e a reparação das vias e calçadas.
- Lei Municipal nº 13.293, de 14 de janeiro de 2002, que dispõe sobre a criação das “calçadas verdes” no Município de São Paulo;
- Lei Municipal nº 13.614, de 2 de julho de 2003, que estabelece diretrizes para a utilização das vias públicas municipais, inclusive subsolo e espaço aéreo, e das obras de arte de domínio municipal, para implantação, instalação e manutenção de equipamentos de infraestrutura urbana destinados à prestação de serviços públicos ou privados.
- Lei Municipal nº 13.885, de 25 de agosto de 2004 — Estabelece normas complementares ao Plano Diretor Estratégico, disciplina o parcelamento, uso e ocupação do solo no Município e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 14.003, de 24 de junho de 2005 — Institui o Programa Municipal de Intervenção em Ruas Comerciais, visando à melhoria e requalificação de vias públicas de comércio.
- Lei Municipal nº 14.223, de 26 de setembro de 2006 — Dispõe sobre a ordenação dos elementos que compõem a paisagem urbana do Município de São Paulo (Lei “Cidade Limpa”).



PROCURADORIA

- Lei Municipal nº 14.141, de 27 de março de 2006, que dispõe sobre a execução dos serviços de limpeza pública e conservação de logradouros públicos no Município de São Paulo, organizando competências e normas de execução.
- Lei Municipal nº 15.442, de 9 de setembro de 2011, que dispõe sobre a limpeza de imóveis, o fechamento de terrenos não edificadas e a construção e manutenção de passeios, e cria o Disque-Calçadas.
- Lei Municipal nº 16.642, de 9 de maio de 2017 — Código de Obras e Edificações, que estabelece normas para edificações e urbanização no Município de São Paulo, incluindo regras para passeios, acessibilidade e manutenção de logradouros adjacentes.
- Lei Municipal nº 13.614/2003, que estabelece diretrizes para a utilização das vias públicas municipais, inclusive subsolo e espaço aéreo, e das obras de arte de domínio municipal, para a implantação, instalação e manutenção de equipamentos de infraestrutura urbana destinados à prestação de serviços públicos ou privados.
- Lei Municipal nº 14.223, de 26 de setembro de 2006, que dispõe sobre a ordenação dos elementos que compõem a paisagem urbana do Município de São Paulo.
- Lei Municipal nº 14.675, de 23 de janeiro de 2008, que institui o Plano Emergencial de Calçadas – PEC;
- Lei Municipal nº 15.099, de 5 de janeiro de 2010, que dispõe sobre a realização de campanhas periódicas educativas de conscientização para a população para não sujar a cidade, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 15.442, de 9 de setembro de 2011, que dispõe sobre a limpeza de imóveis, o fechamento de terrenos não edificadas e a construção e manutenção de passeios, bem como cria o Disque-Calçadas, revoga a Lei nº 10.508, de 4 de maio de 1988, a Lei nº 12.993, de 24 de maio de 2000, o art. 167 e o correspondente item constante do Anexo VI da Lei nº 13.478, de 30 de dezembro de 2002, com alterações;
- Lei Municipal nº 16.050, de 31 de julho de 2014, que aprova a política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e revoga a Lei nº 13.430/2002 – art. 232.
- Lei Municipal nº 16.172, de 17 de abril de 2015, que proíbe a lavagem de calçadas com água tratada ou potável e fornecida por meio da rede da Sabesp que abastece o Município de São Paulo, e dá outras providências.



PROCURADORIA

- Lei Municipal nº 16.212, de 10 de junho de 2015, que dispõe sobre a gestão participativa das praças do município de São Paulo, e dá outras providências, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 16.235, de 3 de julho de 2015, que dispõe sobre a concessão de serviço público para exploração, administração, manutenção e conservação de estacionamento de veículos em áreas públicas da Cidade de São Paulo, associada à requalificação urbanística do entorno.
- Lei Municipal nº 16.402, de 22 de março de 2016, que disciplina o parcelamento, o uso e a ocupação do solo no Município de São Paulo, de acordo com a Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, - Plano Diretor Estratégico (PDE).
- Lei Municipal nº 16.402, de 22 de março de 2016 (Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo – Zoneamento Urbano vigente)
- Lei Municipal nº 16.607 - Institui o Programa Ruas Abertas e altera a Lei nº 12.879, de 13 de julho de 1999, revoga a Lei nº 12.273, de 19 de dezembro de 1996, e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 16.673, de 13 de junho de 2017, que institui o Estatuto do Pedestre no Município de São Paulo, e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 16.808, de 24 de janeiro de 2018, que institui o Selo Cidade Linda no Município de São Paulo;
- Lei Municipal nº 16.885 de 17 de abril de 2018, que cria o Sistema Cicloviário do Município de São Paulo – SICLO, revoga a Lei nº 14.266, de 06 de fevereiro de 2007, e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 17.578, de 27 de julho de 2021, que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de canteiros em casos de readequação geométrica, rotatórias, estreitamento de vias e casos similares, mantendo-se ou estabelecendo a permeabilidade do solo, ou seja, com a remoção do capeamento asfáltico original, expondo o solo antes da instalação, e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 17.844, de 14 de setembro de 2022, que aprova o Projeto de Intervenção Urbana Setor Central (PIU-SCE), institui e regulamenta a Área de Intervenção Urbana do Setor Central e define programa de intervenções urbanas.
- Lei Municipal nº 17.975, de 6 de junho de 2023, que dispõe sobre a Revisão Intermediária do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e altera dispositivos da Lei nº 16.050/2014.

**PROCURADORIA**

- Lei Municipal nº 18.081, de 19 de abril de 2024, que atera dispositivos da Lei nº 16.402/2016, compatibilizando-a com a Revisão Intermediária do Plano Diretor Estratégico.

- Lei Municipal nº 18.215, de 11 de dezembro de 2024, que estabelece diretrizes de requalificação e incentivos para o Centro Histórico e outros territórios de interesse de melhoria urbana.

Lei Municipal nº 18.222, de 27 de dezembro de 2024 — Aprova o Projeto de Intervenção Urbana Arco Pinheiros (PIU-Arco Pinheiros), cria a respectiva Área de Intervenção Urbana e estabelece programa de requalificação territorial.

PL 753/2025 Dispõe sobre a definição de Zona Especial de Interesse Social - ZEIS . da área demarcada como ZPDS no Distrito Parelheiros - Subprefeitura de Parelheiros e dá outras providências.

PL 752/2025 Dispõe sobre a obrigatoriedade de utilização de pavimentos drenantes nas reformas e ampliações de logradouros públicos classificados como vias de trânsito local em áreas ambientalmente sensíveis, incluindo margens de Áreas de Preservação Permanente (APPs) ou com histórico de alagamento no município de São Paulo, e dá outras providências.

PL 729/2025 Institui diretrizes para a adoção obrigatória de Soluções Baseadas na Natureza (SBN) em obras de requalificação de praças e parques no município de São Paulo.

PL 378/2025 Dispõe sobre a autorização de criação do Programa Vagas Verdes nas vias do município de São Paulo, e dá outras providências.

PR 11/2025 Dispõe sobre a criação, no âmbito da Câmara Municipal de São Paulo da Frente Parlamentar do Urbanismo Social.

PL 737/2023 Institui a obrigatoriedade de o Município consultar os moradores ao decidir por implantar equipamentos públicos geradores de impacto na comunidade.

PR 30/2023 Dispõe sobre a criação da “Frente Parlamentar em Defesa da Duplicação da Estrada do M’Boi Mirim”

PL 839/2021 Acrescenta artigos à Lei nº 13.727, de 12 de janeiro de 2004, que dispõe sobre a Criação do Programa de Agricultura Urbana e Periurbana - PROAURP no município de São Paulo e define suas diretrizes

**PROCURADORIA**

PL 411/2021 Disciplina a atividade de intermediação de serviços de entrega de mercadorias e pequenas cargas por meio de Plataforma tecnológica e dispõe sobre as condições para o exercício da atividade.

PL 712/2020 Aprova o Projeto de Intervenção Urbana Setor Central - PIU-SCE, institui e regulamenta a Área de Intervenção Urbana do Setor Central – AIU-SCE, estabelece parâmetros de uso e ocupação do solo específicos para o território, define o programa de intervenções do PIU-SCE e revoga a Lei n. 12.349/1997.

PL 644/2020 Altera a Lei 12.348, de 04 de junho de 1997, e dá outras providências (desafetação do prolongamento da Rua Vera até a Avenida São Miguel, cuja afetação do terreno para abertura da via se fez possível após a doação da área para a Prefeitura Municipal)

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 20 de outubro de 2025.

Cintia Talarico da Cruz Carrer
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068